



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - CARF			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0905/16	DATA: 02/08/2016	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 10h20min	TÉRMINO: 11h27min	PÁGINAS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Adiamento da apresentação do parecer do Relator da Comissão.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 30ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar denúncia de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados de julgamentos ocorridos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 29ª reunião, realizada em 14 de julho 2016.

Pergunto se há necessidade de leitura da referida ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Dispensa pedida pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Pergunto se algum Parlamentar deseja retificar a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira retificá-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente. Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição de um resumo das correspondências recebidas nas últimas semanas e a publicação desse extrato na página da Comissão.

Ordem do Dia. Esta reunião foi convocada para apresentação, discussão e votação do relatório da CPI.

Pauta da reunião. Apresentação, discussão e votação do relatório da CPI.

Peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. Os Srs. Deputados que desejarem discutir a matéria deverão inscrever-se junto à Secretaria. Esclareço que, durante a discussão, poderão ser sugeridas alterações no relatório que serão analisadas pelo Relator, podendo, sob seu juízo, ser acolhidas.

Os autores de voto em separado também deverão inscrever-se para apresentar sua manifestação. Cada membro da Comissão inscrito terá o prazo de 15 minutos para discutir a matéria. Os Deputados que não fizerem parte da composição da CPI terão o prazo de 10 minutos e falarão após os membros da Comissão. Será



concedida a palavra segundo a ordem de inscrição, alternando-se um orador contra e outro a favor da matéria, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 172.

Membros da Comissão poderão apresentar destaques e será permitida a apresentação dos seguintes destaques: destaques para votação em separado (DVS) e destaques supressivos ao relatório, sujeitos à deliberação da Comissão.

Para apresentação do relatório, concedo inicialmente a palavra ao Relator, o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez ratifico o que falei na última audiência pública aqui nesta Comissão: da minha necessidade, como Relator, de conseguir mais alguns dias para o prosseguimento da CPI, para sua prorrogação, para cumprirmos o nosso plano de trabalho.

O nosso plano de trabalho inicial, apresentado aqui no início desta reunião, incluía fazer um trabalho duro, investigativo e técnico. E, para isso, precisávamos fazer algumas oitivas: a oitiva dos beneficiados, a oitiva dos operadores, a oitiva dos agentes públicos, a oitiva das empresas.

No decorrer do processo, até pela amplitude do tema e, ao mesmo tempo, pela sua complexidade, nós não tivemos tempo para fazer essas oitivas, como era o desejo do Relator. Um terço das oitivas foi feito, restavam-nos dois terços. Solicitamos aqui, algumas vezes, a prorrogação da CPI. E, na última audiência pública antes do recesso, a prorrogação foi aprovada por este Plenário por 16 votos a 10 votos. O Presidente em exercício desta Casa naquele momento, o Deputado Waldir Maranhão, concedeu a prorrogação da CPI. Depois, por uma questão de ordem do Deputado Arnaldo Faria de Sá, foi revisto o posicionamento do Plenário, inclusive de forma açodada, pelo Deputado Beto Mansur.

Na ausência do Deputado Waldir Maranhão, o Deputado Beto Mansur, de forma açodada, acatou a questão de ordem do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Mas, com todo o respeito ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é um dos maiores regimentalistas desta Casa, o plenário estava vazio. Nem houve condição de algum membro da CPI, o Presidente ou o Relator, contraditá-la. De forma açodada, o Deputado Beto Mansur, com interesses espúrios, acatou a questão de ordem do Deputado Arnaldo Faria de Sá.



Vimos a esta Comissão para defender a sua prorrogação, que votamos e aprovamos por 16 votos a 10. Nessa mesma noite em que o Deputado Arnaldo Faria de Sá apresentou a questão de ordem, foi preso um membro do CARF chantageando, achacando um banco de um *shopping* aqui de Brasília, pedindo propina de 1 milhão e meio.

Em cima de todas as teses que nós havíamos apresentado e em cima desse fato novo que ocorreu, infelizmente aconteceu esse episódio deplorável aqui na Câmara Federal.

Aprovamos aqui por 16 votos a 10, Deputado Arlindo, com muito custo, inclusive com o voto da bancada do PT — e quero parabenizar aqui a bancada do PT por essa condução —, e levamos isso ao novo Presidente, o Deputado Rodrigo Maia. É muito forte obter aprovação de 16 a 10 numa Comissão e levar isso ao Presidente. O Presidente disse que iria analisar.

Isso foi numa quinta-feira, e, para a nossa grata surpresa, desagradável, no sábado é publicada uma reportagem na *Folha de S.Paulo* na qual o Presidente Rodrigo Maia disse que participou de um acordo político para encerrar a CPI. Nós, o Presidente Pedro Fernandes e o Deputado João Bacelar, Relator, fomos até o Presidente e dissemos a ele que um acordo político desses não poderia passar por enterrar uma CPI. Esta CPI é muito forte.

Nós não podemos fazer o que fez o Senado Federal ao colocar a matéria debaixo do tapete. Nós começamos a investigar, começaram a aparecer fatos novos, o Ministério Público começou a se posicionar, inclusive junto ao sistema financeiro, colocando como réus diversos banqueiros brasileiros, como foi o caso do Presidente do Bradesco, o Trabuco, como foi o caso dos Diretores do Bradesco. E o Ministério Público colocou todos eles como réus.

E nós não conseguimos trazer nenhum deles aqui. Não conseguimos trazer ninguém do sistema financeiro, não conseguimos trazer ninguém do setor industrial, não conseguimos trazer ninguém do setor automotivo, porque, toda vez que vinha um requerimento aqui para ser aprovado, ou se esvaziava a CPI, ou alguns partidos a obstruíam. Então, Deputado Pedro Fernandes, é deplorável, é lamentável, que isso ocorra na Câmara Federal. Nós temos aqui um papel muito forte, e, se



continuar acontecendo esse tipo de manobra na CPI, é melhor não haver CPI na Casa.

O Senado Federal fez um desserviço à Nação brasileira. E, na hora em que a Câmara Federal ia fazer um serviço, aconteceu essa blindagem excessiva por parte de alguns pares aqui.

Então, eu quero deixar aqui o meu repúdio em relação a isso. O meu relatório não está pronto ainda. Eu vou fazer o último pedido ao Deputado Rodrigo Maia, porque ele me disse que iria analisar. O nosso partido, o Partido da República, votou com ele e foi muito forte, no segundo turno, na eleição dele, mas o Partido da República não fez nenhum acordo espúrio para enterrar a CPI. Nós apenas solicitamos a ele politicamente que avaliasse a CPI. É importante finalizar esta CPI. É importante haver essas oitivas, principalmente dos beneficiários e dos empresários envolvidos que fraudaram em mais de 20 bilhões de reais os cofres do Tesouro Nacional. São três vezes a CPI da PETROBRAS!

Hoje, antes de chegar a este recinto, eu estava lendo que houve uma operação da Polícia Federal em cima de pessoas que tentaram enterrar a CPI da PETROBRAS. Então, espero que isso não ocorra aqui nesta CPI, porque o Brasil está mudando, e as pessoas não estão percebendo que o Brasil hoje é um outro Brasil.

E, quando nós queremos fazer aqui uma investigação profunda, Deputado Passarinho — e V.Exa. tanto nos ajudou nesta CPI, assim como o Deputado Ivan Valente e outros mais —, queremos investigar, queremos fazer a nossa parte junto à Nação brasileira, vemos que existe um grupo de blindadores. O Deputado Pedro Fernandes foi muito feliz hoje quando deu uma entrevista à *TV Câmara* dizendo que parece que os blindadores estavam ganhando a briga. Mas, Deputado Pedro, eu ainda tenho alguma esperança de que o Deputado Rodrigo Maia, com o espírito público que tem, vá rever essa posição de estender a CPI. Ele me garantiu que hoje daria uma posição a mim, como Relator. E, quando acabar esta sessão, eu irei procurá-lo para saber qual é a posição dele, até porque o nosso partido também foi muito importante na eleição dele.

E nós não colocamos como moeda de troca acabar com a CPI, não. Se algum partido colocou como moeda de troca acabar com a CPI, que venha até aqui e vista



a carapuça, porque no meu relatório eu vou colocar isso. Se algum partido político estava usando como moeda de troca enterrar uma CPI tão importante como esta, ele tem que dizer qual é o motivo. É o sistema financeiro de São Paulo? É o Bradesco? É o Banco Safra? É o Santander? É a Gerdau? É o Itaú Unibanco, que foi achacado aqui no Brasília Shopping no dia em que nós estávamos prorrogando a CPI no plenário da Câmara? Se algum partido estiver usando da prerrogativa parlamentar para blindá-la, eu vou colocar no relatório o nome do partido, porque eu não estou aqui para brincar. Há 2 anos da minha vida venho dedicando-me a esse tema, e não vai ser nenhum partido político A ou B que vai colocar isso debaixo do tapete do Brasil.

Essas são as minhas palavras e as minhas considerações. Eu ainda acredito no espírito público do Presidente Rodrigo Maia. Quando acabar esta sessão, irei até ele para saber qual é a sua posição, já que ele me disse, na sexta-feira, que me daria uma posição pessoalmente hoje.

Essas são as minhas considerações. O meu relatório não está pronto. E eu não quero, Deputado Arlindo Chinaglia, ser aqui imprudente com o relatório e indiciar dezenas de empresas sem ouvi-las. Mas, se for forçado pela blindagem que está sendo feita aqui, os indícios me levarão a colocar essas empresas no meu relatório. Eu queria ouvi-las primeiro, mas infelizmente não me estão dando o direito de escutar essas empresas, ou seus prepostos, ou seus executivos, ou seus acionistas. Infelizmente, estão usando aqui de manobras regimentais para blindar e enterrar a CPI.

Então, deixo aqui o meu repúdio em relação a isso. E fico muito, mas muito, preocupado com que ações como essa, no Brasil atual, no Brasil novo, no Brasil moderno em que nós estamos vivendo, ainda estejam acontecendo no Congresso Nacional.

São as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, da mesma forma, quero apoiar as palavras do nobre Relator e dizer que esta CPI foi não sei se apenas alvo especificamente de blindagem através das regras do Regimento, mas



também alvo de algumas notícias da imprensa. Alguns fatos da imprensa, em minha opinião, foram até equivocados meio que para segurar a CPI, quer dizer, para causar algum temor em algum Deputado.

Eu, por exemplo, fiz requerimentos no início da CPI, fui alvo de críticas, e hoje todos os requerimentos que nós fizemos são de réus da Operação Zelotes. Então, vejam que eu tinha razão naquele primeiro momento, quando alguns ainda não tinham sido réus, e hoje são todos réus.

Então, acho um absurdo uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados não trazer a esta CPI réus do que nós estamos investigando, inclusive os dos requerimentos não aprovados. É uma situação... Acho que isso é coisa talvez até inédita, inclusive diante dos fatos que acontecem no Brasil.

O Deputado Bacelar falou bem, hoje de manhã, de uma das fases da Operação Lava-Jato, que talvez seja a operação, na história do País, que nós temos que aplaudir, e temos que dar graças a Deus que o Brasil está sendo passado a limpo através da Operação Lava-Jato. Um dos assuntos da fase da Operação Lava-Jato hoje, segundo as informações que li nos jornais de manhã, é aquela blindagem da CPI, o oferecimento de propina na CPI da PETROBRAS.

Então, acho que, neste momento, torna-se de uma responsabilidade maior ainda que a CPI do CARF ande para a frente e traga aqui os réus da operação dos requerimentos que nós já aprovamos, independente do potencial financeiro, de se é do sistema financeiro, se não é do sistema financeiro, independente de quem quer que seja, porque senão qual o sentido disso? Falar que nós fizemos parte de uma CPI... O cara é réu na Operação Lava-Jato, na Operação Zelotes, que é o foco da CPI, está aprovado o requerimento, e ele não vem à CPI por quê? Aí, sim, tem que desconfiar e tem que falar: *“Bom, o que é que houve?”*.

Então, eu quero apoiar aqui as palavras do Deputado Bacelar e dizer que o Brasil está passando por um momento de transformação, um momento histórico que o nosso País vive, todo mundo sabe disso, que eu acho que é uma depuração na política. Eu espero que esta CPI continue, sempre fui a favor, e que consigamos trazer aqui os nomes das pessoas que participaram dessa situação do CARF.

Seriam essas as minhas colocações, respeitando cada opinião divergente aqui, porque cada um tem a sua opinião.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Alguém mais gostaria de usar da palavra?

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu não sei exatamente como vai evoluir esta sessão. Mas eu estou partindo do pressuposto de que, como vai haver um contato do Sr. Relator com o Presidente da Câmara, nós teremos que aguardar para ver se há possibilidade de se prorrogar ou não. Se isso ocorrer, estará resolvido. Se não ocorrer, eu queria indagar do prezado Relator — parece que nós temos até quinta-feira da próxima semana — a possibilidade de, no início da semana...

Em que pese todo esse relato que V.Exa. fez das dificuldades — e nós somos testemunhas disso —, creio que nós tivemos a oportunidade de questionar aqui os representantes da Receita, entre outros, os da Procuradoria-Geral e da Fazenda, que o CARF era comemorado quanto às mudanças já efetuadas. Nós questionamos, à época, e está confirmado por esse episódio que o Sr. Relator acabou de relatar, que, em plena CPI, em plena Operação Zelotes, gente do CARF estava tentando manter esse sistema de chantagear empresas.

Então, eu penso que nós deveríamos, sem prejuízo da tentativa de prorrogação, tentar produzir o melhor relatório no sentido amplo e com as mudanças específicas que nós entendemos serem adequadas para o CARF, porque o maior risco, a partir de agora, é não termos nenhuma iniciativa e a CPI de fato não deixar nenhuma marca positiva.

Então, eu queria propor ao Sr. Relator que, uma vez definida a prorrogação ou não, quando possível, paralelamente tivéssemos acesso ao parecer — que imagino já está sendo feito —, para podermos discuti-lo aqui na CPI, já com algum acúmulo, porque é possível que tenhamos divergências. Agora, é possível também que façamos, por maioria, uma boa proposta.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - São muito ponderadas as palavras do Deputado Arlindo Chinaglia. Isso me preocupa muito, Deputado, porque



queremos fazer aqui um trabalho sério, como esta CPI merece. Eu vou tentar, pela última vez, contato com o Presidente Rodrigo Maia e espero que ele tenha a sensibilidade pública de enxergar a atual circunstância do País. Se ele prorrogar, vou pedir a ele que externe isso via documento, via ofício, à CPI, que vai estar publicado na página da Comissão. E, se isso não acontecer, vou tentar fazer, mesmo açodadamente, um esforço para ver se produzo, de hoje até amanhã, uma peça para ser entregue amanhã pela manhã.

Agora, nós estamos vivendo aqui um dilema, porque estamos no período das nossas convenções. Eu estou até afônico e rouco, porque fiz 18 convenções neste final de semana, de sexta até ontem. Peguei até uma gripe e quase não consegui chegar a Brasília. E todos nós aqui temos convenções nos nossos Estados esta semana, em virtude do encurtamento do calendário eleitoral.

Quero saber também se nós teremos uma sessão aqui amanhã, porque eu tenho uma convenção importante amanhã num Município da região oeste do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu posso responder, Deputado.

Antes de passar a palavra ao Deputado Ivan Valente, eu quero dizer que eu estive com o Presidente e lhe disse que eu considerava um equívoco enterrar a CPI neste momento. Mas eu fiz um apelo ao Presidente: *“Presidente, qual é o motivo do enterramento, do cancelamento, da CPI?”* Ele me disse que recebeu os Líderes e que havia aqui Deputados achacando. Eu disse: *“Eu entendo até o senhor acabar com a CPI, agora peço que V.Exa. abra um processo contra os achacadores, porque acabar a CPI sem abrir um processo é ruim para nós”*. Honestamente, eu não estou mais preocupado em entregar um relatório para a Nação, eu estou preocupado é que se abra um processo para apurar se esse realmente foi o motivo de acabar com a CPI.

Dito isso, e não tendo o relatório hoje, eu vou marcar sessão só para terça-feira, às 10 horas da manhã. Se o Relator quiser apresentar às 10 horas da manhã, nós estaremos aqui. Se pedirem vista, serão duas sessões. Aí eu farei um apelo ao Presidente para haver mais uma sessão para votarmos. Senão, vai ficar sem relatório.



Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu queria só fazer uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Só um minutinho. Pois não, é rapidinho?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu acho que isso não impediria o Relator, se ele encontrar tempo, de apresentar, como ele próprio afirmou, uma proposta geral...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Ele pode fazê-lo e nós colocaremos na página da Comissão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas a reunião só será na terça-feira, às 10 horas.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres pares, eu acho que essa situação a que nós chegamos na CPI do CARF mostra uma gravidade muito grande de moralização do Poder Legislativo. E há pessoas que assumem isso! Há partidos que assumem! Inclusive estão ausentes aqui. Estão ausentes. Não vieram sequer para justificar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Deputado Ivan Valente, o PSDB. Vamos dar nome aos bois aqui. O PSDB, onde está o poder financeiro do País, em São Paulo, é que está blindando a CPI. O PSDB!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria colocar o seguinte, Sr. Presidente: nós tivemos uma reunião de Líderes ontem. E, como Líder do PSOL, eu coloquei que era um absurdo, depois de termos votado aqui na Comissão, inclusive numa votação relativamente até dilatada, com obstrução e tudo, depois de o Deputado Waldir Maranhão ter concordado em prorrogá-la por 60 dias — e houve essa concordância final —, o Deputado Rodrigo Maia, Presidente eleito, se pronunciou logo, rapidamente, dizendo que iria acabar com a CPI.

É interessante, porque é evidente que essa é uma atitude política, pressionada por partidos a ele aliados e também, em minha opinião, para não produzir turbulências quando envolve empresários, é óbvio, no Governo que ele



apoia. E nenhuma das lideranças insistiu nessa questão. Eu só coloquei que havia uma data. Ele respondeu o seguinte: que ele não decidiria mais monocraticamente sobre CPIs. Ele tomou essas decisões monocráticas, mas há recurso de plenário para abrir a CPI da UNE. Há recursos de três Deputados, inclusive do PSDB, para reabrir a CPI da UNE. E, nesta, ele disse que ele tomou a decisão. Ele tomou a decisão.

Então, estou entendendo, Sr. Presidente, Sr. Relator, que ele tomou a decisão. Nós insistimos nisso, apesar da desmoralização total. Perdoem-me, eu acho que existe um escancaramento, porque aqui sessões foram derrubadas com o seguinte argumento: *“Eu não posso votar na convocação do empresário, porque a Bolsa cai”*. Colocava um requerimento extrapauta! Os Parlamentares explicitaram a questão: *“Não voto contra empresário. Empresário não pode vir à Câmara. Isso causa instabilidade econômica”*. Isso é um escândalo!

Até numa eleição em que o financiamento privado de campanha foi impedido pelo Supremo Tribunal Federal, não pela Câmara dos Deputados, sob a batuta do Sr. Eduardo Cunha, isso não passou.

É evidente o que se passa lá fora: grandes empresários, grandes! Não foi pouca coisa, como já foi dito aqui nesta sessão pelo Relator, por outros Parlamentares. Veja, no meio da CPI da Operação Zelotes, o sujeito, que é diretor do CARF, vai achacar um empresário dentro de um *shopping center*...! O Presidente do Bradesco, Sr. Trabuco, que foi indicado para ser Ministro da Fazenda várias vezes, virou réu na Operação Zelotes. Não conseguimos! Não conseguimos trazer o Sr. Gerdau aqui! Toda a indústria automobilística está envolvida na MP. A Hypermarcas agora denunciou políticos, Senadores, envolvidos. Há uma denúncia grave que envolve Lúcio Funaro e Milton Lyra feita pelo Sr. Nelson Mello. E não conseguimos trazê-los aqui! Quer dizer, é uma coisa escandalosa!

É evidente que quem tem que assumir essa desmoralização do Parlamento, neste momento, é o Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo Maia. Ele que a assuma! Eu não sou contra os esforços do Deputado João Carlos Bacelar, inclusive porque o seu partido apoiou o Deputado Rodrigo Maia. O meu, não! O meu partido não apoiou o Deputado Rodrigo Maia. Eu sei quem é o Deputado Rodrigo Maia. Inclusive, ele deu uma entrevista ao *Estadão*, no domingo, e disse: *“Eu sou de*



direita” — e bateu no peito —, “*eu sou um privatista. O meu negócio é empresário mesmo*”. Ele falou isso. Ele vem do capital financeiro, inclusive sua origem de trabalho é no mercado financeiro. Então, não tenho nenhuma expectativa. Só tinha a expectativa de que ele, como Presidente interino da Câmara — que é um período pequeno —, não fosse se desmoralizar tão rapidamente, é lógico, apoiado não só pelo PSDB, mas também por outros Parlamentares do DEM e até por outros que não aparecem mais.

Quero fazer uma pergunta, Sr. Presidente. O Deputado João Carlos Bacelar, pelo que eu entendi, vai apresentar um relatório. O PSOL está com um relatório alternativo aqui. Se o Relator não o apresentar, eu quero apresentar, e vou apresentar, o PSOL vai apresentar um relatório alternativo. Pode ser um voto em separado. Eu quero saber do Relator como regimentalmente essa questão se enquadra.

Sr. Presidente, V.Exa. acabou de dizer que, mesmo que o Deputado João Carlos Bacelar faça um esforço de apresentar o seu voto, o seu relatório, até amanhã, V.Exa. já marcaria reunião para terça-feira. Vamos direto para terça-feira. Então, se não houver uma mudança de posição do Presidente da Casa — e nós não temos prazo —, teremos que votar. Inclusive, fica a seguinte questão no ar: qualquer pessoa pode pedir vista e explode o prazo, é isso? E aí nós ficamos sem relatório?

Peço, então, ao Deputado João Carlos Bacelar que apresente o relatório amanhã, e que V.Exa. marque a reunião para amanhã cedo, caso ele não consiga demover nem a Presidência nem o conjunto de Deputados que querem continuar o trabalho da CPI dessa decisão monocrática de extinguir a CPI do CARF.

Quero lembrar — e concordo com o Deputado Arlindo — que nenhuma decisão sobre o que fazer com o CARF vai sair. Nós temos uma posição e queremos manifestá-la — viu, Arlindo —, deixando-a registrada num voto em separado. Nós vamos registrar isso de qualquer forma.

Mas eu queria ter esses esclarecimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu darei, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu fui citado pelo Relator em relação a uma atitude minha no plenário. Minha atitude foi



regimental, foi dentro do Regimento, porque nós tínhamos uma prorrogação *ad referendum* no plenário e uma segunda, após essa, também *ad referendum*. Isso não tem cabimento! Só se poderia ter uma segunda decisão *ad referendum* se a primeira tivesse sido decidida. Foi essa a questão de ordem que eu levantei.

Quando o Presidente em exercício Beto Mansur colocou a voto publicamente — e eu estava lá, Relator, eu vi —, foi aprovado aquele *ad referendum*. Em sendo aprovado aquele *ad referendum*, não cabia outro *ad referendum*. Essa é a posição regimental. Não estou entrando no mérito das suas colocações, e respeito todas, não tenho nenhuma divergência de V.Exa. Apenas estou falando da regimentalidade.

É lógico que eu gostaria que tivesse no relatório a extinção do CARF, se já não o tiver, porque certamente V.Exa. colocará. Acho que a principal proposta desta CPI deve ser a extinção do CARF, porque ele acabou virando um ninho receptor de todos esses problemas. Se V.Exa. não colocar, como já disse o Deputado Ivan Valente, ele o fará. Então, nós temos que partir do princípio que o ninho de todos os problemas é o CARF, ele é o culpado de tudo. Não estou dizendo aqui que o empresário A, B ou C não tenha culpa. Eles têm culpa, como também tem culpa quem foi lá dentro criar dificuldades e vender facilidades. Mas o ninho de tudo é o CARF. Então, essa é a minha colocação.

Se não tiver isso no relatório, eu vou propor. O Deputado Ivan Valente já disse que tem isso no relatório dele. Ele não pode apresentá-lo, porque V.Exa. não apresentou o seu. Mas nós precisamos caminhar nesse sentido de extinguir o CARF totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Deputado Arnaldo Faria de Sá, respeito V.Exa. como Deputado conceituado desta Casa, um Deputado querido e o maior regimentalista que nós temos. Respeito V.Exa. Mas o Deputado Beto Mansur usou da prerrogativa de 2º Vice-Presidente para, de forma açodada, derrubar a CPI.



Concordo com o que V.Exa. colocou, mas discordo dos procedimentos do Deputado Beto Mansur, que, com interesses espúrios do sistema financeiro brasileiro, derrubou a CPI. Se o Deputado Waldir Maranhão conduzia equivocadamente, eu não vou entrar no mérito, mas o Deputado Beto Mansur não tinha o direito de fazer o que fez. O Deputado Beto Mansur devia vir aqui à Comissão para dizer quais são os interesses espúrios do sistema financeiro brasileiro que estão por trás do ato que ele cometeu.

São as minhas considerações.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só queria deixar claro e bem objetivo — e as notas taquigráficas do plenário estão à disposição de qualquer um — que ele foi provocado por mim para fazer o que fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Inclusive, só para registrar...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Desculpe-me, Deputado Pedro Fernandes, mas, Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. apresentou duas questões de ordem na mesma sessão. V.Exa. apresentou duas questões de ordem na mesma sessão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, são duas sessões.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Mas foi na mesma sessão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não tem problema, eu posso apresentar quantas eu quiser. Não tem limite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Inclusive V.Exa. deu um depoimento aqui quando nós votamos e garantiu que agora, sim, o procedimento estava certo. Eu só queria fazer esse registro.

Com a palavra o Deputado Joaquim Passarinho.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Sr. Presidente, eu só queria aproveitar — sem entrar muito na polêmica, senão vamos nos estender muito — para fazer um apelo ao Deputado João Carlos Bacelar, entendendo a sua preocupação e até certa revolta com o que está acontecendo. Nós não podemos, dependendo da posição do Presidente, sair daqui sem nada. Se nós não pudermos indicar achacadores ou beneficiários, alguma coisa contra o CARF nós precisamos



fazer. Não podemos deixar passar isso em branco, mesmo que seja a extinção ou uma reformulação completa.

Eu acho que a pior coisa que nós podemos fazer para este País é não ter um relatório, nem que esse relatório fique restrito, por falta dos depoimentos necessários, que nós não teremos, mas que se faça pelo menos alguma coisa para acabar ou reformular totalmente o CARF. Senão, nós não vamos acabar com a sangria que está acontecendo.

Eu acho um desserviço não indicarmos uma solução. Não há um nome para dizer o que está acontecendo nesse CARF. Há uma quadrilha montada ali. Acho que a primeira coisa que tinha de ser feita era tirar todo o mundo que está ali. Se não é para acabar, tem que tirar todo o mundo dali e fazer uma reformulação. O CARF parece aquele cesto de laranja, em que se tiram duas ou três, e se põem outras lá. Parece que o esquema já está montado: o caboclo chega e já vai na mesma leva. Inclusive, o mesmo ocorre com as indicações que são feitas para o CARF. Ou seja, foi totalmente comprovado que é um equívoco o que está acontecendo.

Portanto, Relator, nós precisaríamos, urgentemente, que V.Exa. apresente alguma coisa — eu tenho um voto em separado desde julho, assim como outros Deputados —, para que possamos incorporar e, pelo menos, ajudar a encontrar uma solução para essa patifaria que é o CARF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Deputados e Deputadas, a primeira condição que eu quero colocar é que só a extinção do CARF é muito pouco, diante da gravidade do que estamos tratando. É como se estivéssemos só trocando o sofá da sala em virtude da traição identificada. Isso é muito pouco.

Estamos diante de uma situação em que as empresas identificadas e o grau de sonegação somam mais de 2 dezenas de bilhões de reais de sonegação. E há outras que podem somar centenas de bilhões de reais em um País que está carente.

Estamos discutindo e vamos votar agora, em Plenário, o Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, que representa imensos sacrifícios para os Estados e para os trabalhadores, com as restrições brutais que estão postas nele. E vamos



encerrar o CARF só com essa proposta? Isso é muito pouco para nós, Deputado João Carlos Bacelar.

Eu acho que temos responsabilidades enormes. E essa justificativa de que há achacadores, e, por isso, vamos extinguir esta Comissão, é algo que atinge a nós todos. Isso é aceitarmos que, eventualmente, esta nódoa, esta ferida possa atingir a todos nós. Se não há achacadores definidos, indicados, todos nós somos responsáveis. Estamos expostos a essa situação. Essa denúncia é gravíssima, ninguém fica isento disso. Não é aceitável admitirmos o encerramento da CPI nesta condição.

Por isso, eu entendo que, mais do que só propor o encerramento com a extinção do CARF, temos de apontar quem está fazendo essa denúncia. Os braços da corrupção estão aqui. Então, tem que se dizer: *“Há corruptos dentro do CARF. Há pessoal corrupto da Receita Federal lá dentro”*. Fica assim mesmo, ao se dizer que há achacadores aqui? Isso é absolutamente inaceitável. Não podemos nos conformar com isso. Não podemos admitir que, por uma decisão do Presidente, seja encerrada esta Comissão com esse tipo de argumento. Isso é inaceitável! É inadmissível!

Não podemos sair daqui com essa pecha, com o argumento de que esta CPI está sendo encerrada por causa de achacadores que estão na extensão do braço da corrupção, instalada dentro do CARF e de empresas que, eventualmente, estão envolvidas nesse processo. Isso é inaceitável!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, tenho até uma sugestão a fazer.

E eu quero parabenizar V.Exa., Deputado, pelas colocações muito pertinentes e de comum acordo com o nosso pensamento.

A minha sugestão seria, se fosse o caso, criar uma comissão de Deputados, suprapartidariamente, para irmos até o Presidente Rodrigo Maia e externar a ele, pessoalmente, o que estamos dizendo. Acho que o Deputado Rodrigo Maia deve estar muito atarefado, não lê jornal nem vê televisão. Então, vamos lá, pessoalmente, dizer a ele o que está acontecendo aqui.



Repito: a minha sugestão é criarmos uma comissão suprapartidária e irmos até o Presidente para conversar.

Essas são as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Coincidentemente, eu me inscrevi, pela segunda vez, para tratar deste tema. Quando o Deputado Hildo Rocha manifestou essa preocupação, em determinado momento alguns de nós — eu me lembro de ter dito isto — fizeram este tipo de alegação, que ficaria muito fácil para qualquer empresa “plantar” a seguinte notícia no jornal: *“Olhe, lá há esse tipo de problema, porque os Parlamentares são achacadores”*. E essa era uma forma de impedir que a CPI investigasse.

Sr. Presidente, talvez eu não dissesse publicamente aquilo que V.Exa. disse, dadas as consequências. Vou dizer quais são as consequências e fazer uma proposta. Como foi uma conversa entre V.Exa. e o Presidente da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a presença do Relator.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ótimo! Isso melhora. E melhora porque eu acho que isso nos anima um pouquinho mais, do ponto de vista de não haver risco de alguém questionar o que foi falado.

Eu não acho que a ida de alguns Parlamentares, de forma suprapartidária, seja suficiente. Eu creio que o Presidente deve ser oficiado por esta CPI para que confirme que a está encerrando porque aqui há achacador. Se houver, ele está desafiado a dizer quem é. E não só ele; qualquer um que venha a dizer ou que já tenha dito. Eu acho que o mínimo que nós temos que exigir é que se fale. Não sei qual é o mecanismo regimental, mas nós deveríamos também abrir espaço na CPI. Isso não exclui a outra proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Fiz isso em plenário ontem, inclusive.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ótimo! Parabéns a V.Exa. Eu, sinceramente, sinto-me, mais uma vez, bem representado.



Mas nós deveríamos abrir na CPI a possibilidade de vir aqui quem quiser denunciar, porque nós ainda temos 1 semana de trabalho. Eu acho que deve haver um mecanismo regimental. Qualquer Deputado, qualquer cidadão que queira dizer, ele vai ter que fazê-lo, para nós termos a oportunidade de ir em frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros desta CPI, em primeiro lugar, o PSDB não vai levar lição de moral de ninguém. Não nos tirem pelo seu compasso e por sua regra. Nós tivemos uma posição transparente aqui. Eu propus uma metodologia de trabalho em uma das primeiras reuniões, dividindo-a em quatro blocos. O primeiro seria o institucional; depois os intermediários; em seguida as empresas; e, posteriormente, os assuntos derivados, como a questão do filho do Presidente Lula, que não tinha a ver com o CARF, mas surgiu na órbita das investigações.

A nossa posição foi límpida, transparente, clara. Só fizemos um apelo para que houvesse sensatez, rigor, critério e método, a fim de que os pecadores pagassem por seus pecados, e pudéssemos investigar. Eu propus até um critério, que chamássemos as empresas que combinassem duas variáveis: em primeiro lugar, a contratação dos escritórios, que são o centro desse escândalo; em segundo, que houvesse uma decisão definitiva a respeito do CARF e que tivessem êxito. Então, seria o meio e o resultado. Assim, pouparíamos empresas das quais os indícios são gasosos, etéreos, por conta das condições da economia brasileira.

Portanto, a nossa posição foi muito clara, límpida, transparente. Estivemos o tempo todo presentes, e isso não contribui. Podem nos chamar de burros, idiotas, achacadores e blindadores pelo resto da vida, e não vamos acrescentar uma linha no desenvolvimento do País.

Há em curso, com muito mais capacidade investigativa, um processo avançado na Polícia Federal e no Ministério Público, que já produz seus efeitos. Então, esse escândalo que veio à tona não ficará impune. Tudo que nós não podemos imputar ao sistema Judiciário, à Polícia Federal e ao Ministério Público é letargia ou inação. Houve mais uma rodada hoje da Operação Lava-Jato. As nossas instituições estão sólidas, atuantes e vão cuidar disso.



Eu acho que o nosso Relator deveria se concentrar na questão propositiva. É urgente acabarmos com o CARF, com esse modelo.

Nós não conseguimos trazer aqui as confederações. A Confederação Nacional do Comércio fez várias indicações. E nós não chegamos a fazer as convocações das confederações, particularmente da CNC, que indicou várias. Ficou aquela coisa no ar, um mestrado, um doutorado sem bolsa. A maior escola do mundo em questão fiscal é o CARF. As pessoas iam voluntariamente se especializar em questão fiscal. E isso revelou a fragilidade desse Conselho.

É claro que não pode haver vício de origem. Nós não temos capacidade legal, constitucional de propor uma alteração institucional, mas nós podemos fazer de forma indicativa.

Surgiram duas vertentes aqui para substituir o CARF. Uma é a proposta na linha do que o Prof. Everardo Maciel expôs nesta Comissão, um tribunal administrativo. E há experiências estaduais interessantes nesse sentido, como a de São Paulo. Ela poderia agregar à proposta do Dr. Everardo algumas questões da instância de julgamento lá de São Paulo e outras experiências estaduais interessantes. Há uma tese, que alguns defendem, inclusive o meu companheiro, o Deputado Luiz Carlos Hauly, de que se deve judicializar tudo, não tem que haver instância administrativa.

Eu acho que essa é a discussão central, a grande contribuição. Nós temos que apontar imediatamente o fim do CARF, mas colocar uma linha de arranjo institucional no lugar, uma proposta concreta a partir do aprofundamento das discussões que tivemos aqui, do acúmulo de informação.

Então, eu acho que o nosso relatório deveria ter uma posição incisiva pelo fim imediato do CARF, sua transformação ou alguma coisa próxima ao tribunal administrativo, apresentado pelo Prof. Everardo. Eu tenho dúvida de que a Justiça brasileira tenha essa capacidade de processar, além da questão de *expertise* e foco no aspecto fiscal tributária — não sei. Talvez até se criassem varas especiais para isso.

Eu me convenci de que o melhor caminho seria o da configuração de um tribunal administrativo profissionalizado, com blindagem e com regras de formação,



e não essa coisa paritária, que se mostrou extremamente frágil para defender o interesse público, o Tesouro Nacional e a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Deputado, no meu entendimento, a instalação de uma CPI é um acordo político, o colher das assinaturas. E o encerramento de uma CPI pode se dar também através de acordo político.

Fez-se aqui um jogo político, algo perfeitamente aceitável: a obstrução, o voto contra. Isso é aceitável. Isso é um jogo político. O que eu não concordo é em acabar com a CPI por conta de uma denúncia de que há achacadores, que é uma acusação grave. Poderia até acabar, mas nós precisaríamos apurar. O meu problema está aí: acabar sem apurar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu nunca participei desse jogo, porque é de uma inutilidade e de uma leviandade absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) – Exatamente. Eu acho que o jogo político é esse. Com um acordo político para acabar eu concordo. É assim no Parlamento. Agora, é grave usar o argumento do achaque e não se apurar. Eu disse isto ao Presidente: acabe, é um acordo político. Isso não é problema nenhum; se a maioria quiser, está correto. Agora, sem apurar, fica ruim. Essa é a minha preocupação.

Com a palavra o Relator, depois o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu concordo com V.Exa. em gênero e grau. E vou além. Eu tenho a quase convicção de que essa história de achacador aqui dentro foi uma cortina de fumaça feita por algumas empresas para não serem investigadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas tem que haver consequências para essa empresa, pela acusação leviana dela. Eu vou também por essa linha. Mas, se essa empresa usou isso e não provou, ela precisa responder por isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Está havendo uma cortina de fumaça...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Agora, eu acabo com a CPI e não tomo nenhuma providência! Isso fica muito ruim.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Toda vez que a CPI andava, entravam na pauta requerimentos importantes, Deputado Arlindo Chinaglia, e vinha essa cortina de fumaça por meio da imprensa, plantada pelas grandes empresas. Isso aconteceu em três ocasiões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Chama-me a atenção, Relator, que nenhum Deputado, pelos que contei, ficou temendo essa acusação — nenhum!

Então, houve essa desculpa. Eu acho que esse que levantou deveria pagar, porque isso está previsto na lei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, quero só pedir à Taquigrafia que substitua a expressão “a empresa pagar” por “a empresa responder”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Exatamente. Correto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mais um motivo, Sr. Presidente, pelo qual deveria haver aqui um consenso entre todos os Deputados para que esta CPI não terminasse sem que isso que V.Exa. falou acontecesse. Como pode terminar uma CPI com uma suspeita?

Como o Deputado Bacelar falou, todas as vezes em que o assunto estava andando, matérias nesse sentido eram colocadas. Então, eu acho que deveria haver unanimidade entre os Deputados para que esta CPI não acabasse antes que este assunto seja absolutamente esclarecido.

Mas não é apenas este assunto, Sr. Presidente. Aí é que está a cortina de fumaça, não é este assunto! O assunto é trazer aqui os réus da Operação Zelotes, conforme os requerimentos oferecidos, porque é exatamente essa substituição que eles estão conseguindo fazer.

Colocam a cortina de fumaça, a questão do achacamento da CPI, do achacador, de que alguém achacou a CPI, de que alguém pediu dinheiro — desculpem-me, eu fiz uma colocação errada. Mas, no fundo, é o seguinte: onde estão os requerimentos aprovados, se as pessoas não sentaram aqui? Então, isso agora passou para um segundo plano?

É lamentável! Eu acho que esta CPI deveria ser uma unanimidade, e isso tudo ser esclarecido.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu só quero fazer uma colocação para a curiosidade de V.Exas. Existiam requerimentos aqui para convidar o Secretário Executivo do Governo, mas, quando ele passou a ser Ministro, retiraram o requerimento. Parece que não houve motivo para que fosse retirado o requerimento.

São essas coisas que precisamos esclarecer. E eu quero que o Relator, é um pedido meu, conte essa história no relatório, porque, mesmo que ele não seja aprovado, isso vai ficar na história desta Casa.

Eu acredito que, daqui a uns dias, virá a verdade sobre o encerramento desta CPI.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria fazer duas considerações. O Deputado Rodrigo Maia, ontem, na reunião de Líderes, não fez a mesma alegação que fez a V.Exa. e ao Relator. Ele não falou que encerraria a CPI do CARF, diante de todos os Líderes, por esta razão.

Se ele tivesse feito isso, já teria levantado ali uma questão, porque ele, como Presidente, não pode fazer isso. Ele apenas disse que decidiu monocraticamente e que, de agora em diante, decidiria ouvindo o Plenário — ouvindo o Plenário.

Então, se ele colocou isso diretamente a V.Exa., que é o Presidente da CPI, eu acho que V.Exa. e o Plenário desta Comissão têm todas as condições de cobrar, inclusive para reverter a decisão dele.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Foi votado por 16 a 10, Deputado Ivan Valente — por 16 a 10. Foi uma votação grande e favorável ao prosseguimento da CPI.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Com relação à segunda questão, com todo o respeito ao Deputado Marcus Pestana, eu queria colocar o seguinte: Deputado Pestana, eu tenho a maior consideração por V.Exa., mas não podemos usar o argumento de que as instituições estão funcionando, de que a Polícia Federal e o Ministério Público estão operando. Então, o Parlamento não tem função.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Fecha a Câmara!



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se nós fizéssemos isso, não abriríamos a CPI da PETROBRAS, que foi aberta, inclusive, pelo seu partido, também por mim e por meu partido. E ela não andou tudo o que deveria andar, porque o Sr. Eduardo Cunha mexeu todos os pauzinhos lá.

Inclusive, houve uma megablindagem na CPI da PETROBRAS — nós denunciemos isso. Nós pedimos a convocação de políticos, várias, e não foram feitas. Realmente, o relatório do Deputado Luiz Sérgio, na minha opinião, foi pífio. Eu achei o relatório do Deputado Luiz Sérgio pífio, Deputado Arlindo Chinaglia.

Por isso, nós não vamos mais fazer CPI? Não! O papel do Parlamento tem que ser preservado. A instituição Comissão Parlamentar de Inquérito é uma prerrogativa do Parlamento; para quem quer investigar; para quem quer, com seriedade, ir fundo nas investigações; para quem não se curva diante das pressões que venham sei lá de quem: do poder político, do poder econômico e tal. É disso que se trata.

Aqui, evidentemente, a pressão do poder econômico incide sobre o poder político, e a CPI pode morrer por causa disso. Há uma concepção mesmo, e cada partido a assume.

Nós não podemos alegar que, se as instituições estão funcionando, as CPIs não têm função. Ora, então vamos tirar a CPI do Regimento, já que ela não tem função nenhuma. Pelo contrário, arca-se com o desgaste político que isso significa. Mas a CPI é um poderoso instrumento de investigação, inclusive com a capacidade de quebrar sigilos, a capacidade investigativa e o poder de polícia. É imenso o poder de uma CPI. Na verdade, nós não conseguimos fazê-lo por razões diversas, que estão colocadas aqui neste momento.

Eu concordo com a indicação de que nós devemos ir ao Presidente, e ele responder por isso, porque ele é o Presidente. Foi ele que tomou a decisão monocrática; não foi qualquer Parlamentar, foi o Presidente. Se ele alegou isso, tem que justificar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu gostaria, Deputado Marcus Pestana, *data venia*, de citar V.Exa. também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Vão ser duas citações.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então, preventivamente, eu peço uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Deputado Marcus Pestana, eu concordo parcialmente com V.Exa. As instituições precisam ser fortes. Nós precisamos, em primeiro lugar, fortalecer a nossa instituição, que é a Câmara Federal, da qual V.Exa. é Parlamentar por Minas; e eu sou Parlamentar pela Bahia. Acho que, a princípio, nós temos que investir na nossa Casa, fortalecê-la.

Desculpe-me, mas o partido de V.Exa. foi um dos principais partidos que queriam enterrar esta CPI. Isso nunca poderia participar de um acordo de Presidência da Câmara. Se o Presidente Rodrigo Maia acatou um pedido do partido de V.Exa. para enterrar esta CPI...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Isso é uma calúnia!

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Não é calúnia!

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não registrem isso, porque é uma calúnia.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Não é calúnia! Não é calúnia! Os fatos são determinados.

Se o partido de V.Exa. usou como moeda de troca o apoio parlamentar para a Presidência da Casa enterrar esta CPI, o partido de V.Exa. está prestando um desserviço, com todo o respeito ao meu amigo Presidente Aécio Neves. Eu acho que ele não está nem ciente do que está acontecendo aqui. Mas o partido de V.Exa., se usou, pela Liderança, artifícios como esse para enterrar esta CPI, o partido de V.Exa. está prestando um desserviço à Nação brasileira. E todos aqui sabem que, infelizmente, o PSDB colocou isso como moeda de troca. A própria imprensa está divulgando isso. E aconteceu no sábado, no editorial da *Folha de S.Paulo*, que citou, como subterfúgios, esse acordo. Isso é lamentável! Se isso realmente aconteceu, isso é lamentável.

Eu pedi a V.Exa. que nos ajudasse, junto ao Líder de V.Exa., o Deputado Antonio Imbassahy, a rever essa posição. Se isso aconteceu, V.Exa. precisa ajudar o País, analisar o que está acontecendo hoje na Nação brasileira. Se isso aconteceu, ajude o Brasil a ser um novo País.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu, ao contrário do Relator, não tenho este entendimento. Acho que partidos podem fazer isso. Eu tenho certeza de que o PSDB não pediu que não se apurassem essas acusações.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Isso é um absurdo! Isso é uma sandice!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu sou contra a não se apurarem as acusações que foram feitas a respeito da CPI. Mas, o partido pedir o encerramento, trata-se de acordo político. Isso eu não discuto.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu fui citado duplamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Por favor, Deputado Marcus Pestana. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Em primeiro lugar, eu vou desconsiderar essas calúnias, essas coisas absurdas, que não fazem o menor sentido. Nós apoiamos o Deputado Rodrigo Maia por outras razões, em termos do interesse público, do interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Inclusive, houve o apoio do PT.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Isso! Ali eram outras questões que estavam em jogo. A Câmara dos Deputados vivia uma crise profunda, na qual ainda estamos mergulhados. Tentamos colocar a cabecinha de fora e desanuviar o ambiente, para poder lidar com o que realmente interessa para a população, que é a discussão e a votação de reformas profundas, a fim de que o País saia da recessão e da crise em que se encontra. Então, vou desconsiderar isso tudo. É um absurdo!

Eu vou comunicar a meu Líder, para ver que tipo de atitude ele quer tomar em relação a essas afirmações irresponsáveis.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Não são irresponsáveis, não são irresponsáveis. Queremos ajudar a CPI a continuar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Irresponsáveis! Irresponsáveis!

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Não são irresponsáveis. V.Exa. me respeite, como sempre o respeitei.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quero dizer que, quando eu fiz essa menção na Comissão, realmente eu pensei na eficácia investigatória, diante



dos instrumentos que a Polícia Federal e o Ministério Público têm, e as operações estão revelando isso. Nós não temos delação premiada, não temos o nível de *expertise* investigativa que o Ministério Público e a Polícia desenvolveram. Mas não vamos mistificar. O centro aqui é a convocação para as oitivas. A realidade da CPI mostrou a ineficácia delas, porque todos vêm com mandado de segurança e ficam em silêncio.

O Deputado Ivan Valente tem razão com relação ao trabalho investigativo. A única CPI que produziu fatos mais substantivos foi a dos Correios, porque teve o papel de Roberto Jefferson e de Duda Mendonça. Na nossa CPI, ninguém veio pedir desculpa ao País, admitir que cometeu crime, que merecia ser preso e punido. Ninguém vem aqui se autoincriminar. Na CPI dos Correios, que deu o maior fruto para o País, houve a ação voluntária, deliberada, de dois atores, que puseram a questão a nu, e dali se aprofundou.

A linha de trabalho tem que ser a que o Deputado Ivan Valente disse. E eu espero que o Relator, com base na análise da quebra de sigilo e de todas as informações que estão reunidas e compartilhadas de outras investigações, possa elucidar fatos objetivos, indícios concretos e materiais de como funcionava esse esquema, além dos atores envolvidos. Não é depoimento que vai aclarar isso. É o trabalho braçal, que exige muita *expertise* investigativa.

Foi isto o que eu disse: acho que tem que se preservar o instrumento da CPI com um fato determinado, claro, com método, e continuarmos com esse processo. Mas o nosso campo de ação é a proposição de alterações legais, constitucionais, para aprimorar as instituições.

Eu não tenho, tanto que eu não busquei as carreiras, vocação para delegado e promotor. Estou aqui como Deputado, me esforçando ao máximo para ajudar na elucidação dos fatos. Tenho sido muito presente e peço respeito às posições que nós tomamos aqui, que foram claras e públicas, diante dos telespectadores da *TV Câmara* e de todos os companheiros. Nunca desrespeitei, nunca acusei ninguém de achacador ou blindador. E só o faria se tivesse provas concretas, as quais pudesse pôr na mesa, a público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Vamos ouvir, então, o último Deputado inscrito, o Deputado Dagoberto.



O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, fico preocupado com essas alegações. Imaginem se, em cada CPI, alguém lançar uma situação como essa, dizendo que há achacadores, e essa CPI tenha que parar. Nós não vamos ter mais CPIs aqui. É um absurdo nós aceitarmos uma situação como essa e não termos uma reação em relação a isso.

Eu estou de acordo com o Deputado João Carlos Bacelar. Eu acho que é por aí mesmo. Nós temos que fazer esta Comissão ir para cima disso.

Agora nós temos dois objetivos. O primeiro é apurar. É isso que nós estamos fazendo, e é nossa obrigação. Mas também outro objetivo é convocar essas pessoas que nos acusaram. Elas têm que vir aqui e falar. Senão, vai ficar fácil. Daqui para frente ninguém mais segura isso, não será preciso ter responsabilidade com o que se fala. Simplesmente se fala, encerra a CPI, e vai ficar por isso mesmo.

Nós somos o quê? Um bando de covardes? Pessoas que não têm interesse nisso? Ou vamos concordar com isso, que as pessoas não sejam penalizadas? Qual é o nosso papel? Será uma vergonha daqui para frente.

Nós temos que mostrar, pelo menos, a nossa posição e que fazemos tudo o que for possível para que a CPI tenha a sua continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu quero contraditar o Deputado Marcus Pestana.

Reproduzo, Deputado Marcus Pestana, com todo o respeito que tenho por V.Exa., o que a *Folha de S.Paulo* publicou neste sábado: *Maia admite acordo para enterrar CPI que investiga empresas*. Está no *Caderno Poder*, da *Folha de S.Paulo*.

No decorrer da reportagem, a *Folha* diz:

O acerto para encerrar as investigações havia sido fechado na presença de Maia pelo então Presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão, com integrantes de partidos como o DEM, o PSDB e o PSB.

Eu estou apenas reproduzindo o que um veículo de respeito, como a *Folha de S.Paulo*, está dizendo.



Se V.Exa. está dizendo que eu estou fazendo calúnias, acho que V.Exa. deveria refletir sobre isso.

Mas, de acordo com as posições dos Parlamentares do partido de V.Exa., com exceção do Deputado Izalci, toda vez em que era votado um requerimento importante, S.Exas. se ausentavam do plenário. Então, quase todas as vezes que votávamos um requerimento importante nesta CPI, o PSDB se ausentava do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas isso faz parte do jogo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Faz parte do jogo político. Mas ele não pode aqui dizer que o PSDB está incólume nisso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu vou traduzir para o meu Líder. Os dois Deputados, como dois bons baianos, vão se entender. Eu vou traduzir tudo isso.

Queria só registrar que foi o Deputado Carlos Sampaio, do PSDB, que acionou a Procuradoria-Geral da República para apurar esta questão dos achacadores ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Esta é a minha esperança, de que a verdade venha à tona. Eu já desisti da Câmara.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, para finalizar, tenho uma questão de ordem prática: faríamos uma comissão, um grupo para ir ao Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Quem quiser ir está nomeado para ser representante desta Comissão, ou o Relator. Eu não irei.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Eu penso que deveria ser uma decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu estou velho para essas coisas. Esse cabelo branco é a idade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. não é velho, é experiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não há interesse de se prorrogar. Eu entendo tudo isso. A minha batalha é a seguinte: vamos apurar! E eu



me seguro nesta estaca do PSDB, que foi ao Ministério Público denunciar. Eu espero que isso um dia venha e aconteça.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, V.Exa. vai encerrar a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Vou encerrar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não ficou claro se nós vamos ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou dizer agora.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, das assessorias e dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para terça-feira, 9 de agosto de 2016, às 10 horas, em plenário a ser definido, para apresentação, discussão e votação do relatório. Espero que o Relator o apresente até sexta-feira, para que nós o publiquemos na página da Comissão. Faremos a sua discussão e a sua votação nesta CPI.

Está encerrada a presente sessão.